

-----ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE TORRES VEDRAS-----

-----AUDIÊNCIA DE REPRESENTANTES DAS ASSEMBLEIAS MUNICIPAIS COM SRA. MINISTRA DA SAÚDE-----

Data: 23/07/19-----Hora de Início: 16H30 /Fim: 18H00-----Local: Ministério da Saúde - Lisboa

Presenças:-----

-----REPRESENTANTES DAS ASSEMBLAIS MUNICIPAIS-----

José Augusto Carvalho - presidente da AM Torres Vedras-----

Luís Lalanda Ribeiro - presidente da AM Caldas Rainha-----

Américo Gonçalves - presidente da AM Peniche-----

Carlos Bernardes - presidente da CM Torres Vedras-----

Maria da Conceição - vereadora da CM Caldas da Rainha-----

Rui Prudêncio - representante da AM de Torres Vedras-----

Rita Sammer - representante da AM de Torres Vedras-----

Manuel Nunes - representante da AM Caldas Rainha-----

Filomena Rodrigues -representante da AM Caldas Rainha-----

Ademar Marques - representante AM Peniche-----

José António Amador - representante AM Peniche-----

-----REPRESENTANTES DO MINISTÉRIO DA SAÚDE-----

Doutora Marta Temido - Ministra da Saúde-----

Francisco Ramos- Secretário de Estado Adjunto e da Saúde-----

Luís Pisco - presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT-----

Assunto: Centro Hospitalar do Oeste-----

Depois de dar as boas vindas, a Sra. Ministra saudou a região Oeste pela pro-atividade e dedicação ao tema da saúde. Deu conta de que naquela manhã tinha recebido a comissão de utentes do CHO.

O presidente da AM de Caldas da Rainha, Lalanda Ribeiro, fez as apresentações e deu conta da preocupação com que estes 3 municípios olham para os equipamentos e atuais instalações do CHO. No seu entender é a razão para a justificação na dificuldade em atrair médicos.

Relativamente ao capital estatutário do CHO, sabendo-se previsto o reforço em 7 milhões de €, seria bastante útil que pudessem ser usados para investimento e não para o abatimento da dívida.

Outro dos pontos de preocupação para os municípios de Caldas, Torres e Peniche é a saída de um representante de cada Assembleia Municipal do Conselho Consultivo na sequência da passagem do CHO a hospital EPE.

Seguiu-se na palavra José Augusto Carvalho, presidente da AM Torres Vedras que disse que os eleitores do Oeste sentem não haver dedicação da representação política relativamente a esta matéria. Os efeitos práticos das diligências não são perceptíveis. A população está preocupada e os eleitos locais também.

Referiu-se à avaria do aparelho de radiologia do Hospital de Torres há anos atrás, quando exercia funções de presidente de Câmara e que foi resolvida por intervenção do Sr. Secretário de Estado. Está novamente avariado o que demonstra que o tempo passa e os equipamentos têm desgaste. Deu a conhecer a posição da ARSLVT na cauda de ordenação dos 55 ACES, por % SMF.

Sobre a nova composição do Conselho Consultivo julga traduzir-se numa secundarização do poder local. A personalidade de reconhecido mérito indicada pela OesteCIM para presidir ao conselho estará condicionada nas suas intervenções devido ao papel institucional que lhe é atribuído.

Relativamente ao estudo para o novo hospital do CHO, questionou sobre a intervenção de cada uma das partes (OesteCIM/ARSLVT/CA CHO). Aceitar contributos do OesteCIM ou fazer dela parceira no estudo, são coisas diferentes.

Voltando ao tema do capital social do CHO EPE, disse ter tido conhecimento de que deveriam ser 24 milhões € e não os 7 milhões € que foram agora ser atribuídos.

Américo Gonçalves, presidente da AM de Caldas da Rainha falou em seguida e disse que Peniche tem o seu edifício hospitalar num estado de degradação tal que há risco de queda de telhas e que a passagem está interdita nas zonas envolventes para evitar acidentes.

Foi recentemente inaugurado o novo centro de saúde naquela localidade, com a presença da Sra. Ministra da Saúde e foi uma pena que não tivesse ido visitar aquele hospital. Há 13 camas numa urgência com capacidade para 4, acrescentou.

Referiu-se também ao problema dos médicos tarefeiros e ao clima de insatisfação e insegurança que se vive no hospital de Peniche. Contou um episódio de esfaqueamento de um médico na urgência.

A Sra. Ministra disse ter conhecimento de um outro episódio de ameaça mas não tinha presente a situação descrita pelo PAM de Peniche.

Sobre o papel da OesteCIM, disse ter transmitido à comissão com quem também já reuniu, a necessidade de traçar um perfil para o novo hospital. Além da localização tem de se saber concretamente que características técnicas terá o novo edifício. A CIM pode dar contributos que serão bem-vindos mas o estudo e a produção de documentação técnica será da tutela.

Referiu-se à hospitalização domiciliária como uma boa experiência que tem sido recentemente efetuada no CHO e que os próprios utentes de Caldas da Rainha estão satisfeitos com a medida e lhe deram conta disso na reunião daquela manhã.

Relativamente ao prazo para a construção do novo edifício, não será a curto prazo, até porque há outros hospitais a serem desenvolvidos, nomeadamente em Lisboa e não há capacidade para "fazer tudo ao mesmo tempo" mas devemos ter o otimismo de o colocar no horizonte temporal do próximo quadro comunitário.

Deu nota de que está a ser feito investimento no CHO e deu o exemplo da renovação da urgência em Caldas da Rainha e de que já está previsto o investimento em equipamento para aquela unidade, que até aqui era uma preocupação. Ainda sobre equipamentos disse que a ideia passa precisamente por renovar até porque esses podem depois ser transportados para outro edifício e a perda do investimento não está em causa.



Relativamente ao aparelho de radiologia em Torres disse saber da situação e que inclusivamente já tinha sido arranjado no mês passado e que já estava novamente avariada, desta vez sem reparação possível.-----

Para a Sra. Ministra nem tudo é mau, o CA do CHO tem tido um papel dinamizador e a produtividade tem vindo a aumentar.-----

Sobre o estatuto de EPE, disse que o regime jurídico tem coisas boas e outras menos boas, como a representação do Conselho Consultivo mas que a principal razão para a alteração foi conferir uma maior estabilidade ao quadro de pessoal. Tem havido uma tradição de diálogo com os representantes do Oeste e assim se pretende que continue.-----

Relativamente a Peniche, disse ter conhecimento das condições do edifício e admite serem extremamente constrangedoras.-----

Seguiu-se na palavra o Sr. Secretário de Estado para dizer que o problema da radiologia em Torres Vedras está em vias de resolução mas que implica concurso público demorará o tempo necessários aos procedimentos. Sobre o novo hospital disse estar em sintonia com o que foi dito até ali. Um hospital não se faz em 2 ou 3 anos mas que espera que não demore mais do que o necessário.-----

Rui Prudêncio referiu-se à reunião com a comissão de saúde da OesteCIM onde tinha sido dito que o programa comunitário 2030 não contemplava a saúde e pediu que a Sra. Ministra esclarecesse. Em resposta, a Doutora Marta Temido disse que a possibilidade está em estudo e se for admitido é esse o caminho a ser seguido até porque tem um quadro temporal definido. Se não for admitido, terão de ser equacionadas outras alternativas.-----

A vereadora de Caldas da Rainha, Maria da Conceição, lembrou que o hospital do Oeste não é um assunto novo e que fazia parte das promessas aos autarcas da região como compensação pela não construção do aeroporto da OTA. O exemplo dado pela Sra. Ministra do novo hospital que está a ser construído em Lisboa e que está a consumir os recursos atuais, não tranquiliza em nada os responsáveis políticos no Oeste, até porque são públicas as várias complicações desse processo. Não estando de acordo com a constituição do CHO os eleitos locais tiveram de aceitar mas há muito por fazer. A maternidade ficou em Caldas da Rainha mas não teve investimento e as más condições levam a que as mulheres sejam ali acompanhadas mas depois escolham outros sítios para o parto, como por exemplo o hospital de Loures. A farmácia hospitalar é outro grande problema porque funciona há anos em contentores, com um custo muito elevado e que poderiam ser canalizados para fazer obras.-----

Caracterizou a zona Oeste como atrativa para habitação, principalmente daqueles que já não conseguem manter casa nas zonas metropolitanas, como Lisboa. Assim, muito estranha que não seja também atrativa para os médicos. Acredita que o problema não está na localização mas sim nas más condições do CHO. Questionou sobre quais as perspetivas de melhoramento dos problemas já referidos e também da pediatria.-----

Os autarcas sabem que não se resolve num dia mas precisam de “uma luz ao fundo do túnel” e querem colaborar para que juntos possam mais rapidamente encontrar solução para os problemas.-----

Em resposta, a Sra. Ministra disse saber que o novo hospital do Oeste não é um assunto novo e que tem consciência do arrastar do processo. Para avançar para uma solução definitiva é fundamental saber “o que vamos fazer e isso são os técnicos que nos vão dizer”.-----

Relativamente à obstetrícia, o CA do CHO tem prevista uma verba para obras de melhoria durante próximo ano.-----

É preciso ter 3 fatores em conta: a manutenção das instalações existentes; o reforço do quadro de pessoal; uma solução a médio longo prazo. O facto de já irem aparecendo algumas propostas de contratação direta para o CHO, o que antes não acontecia, já é um sinal de melhoria.-----

Rita Sammer voltou à questão do estudo para o novo hospital e perguntou quem o iria liderar. Questionou também sobre a sua calendarização. Ainda no uso da palavra, questionou sobre a implementação de uma UCI e sua localização.-----

Estranhando a insistência nas questões relacionadas com o estudo, a Sra. Ministra disse que quem lidera as questões de saúde a nível regional é a ARSLVT. Sobre os cuidados intensivos disse que não poderia responder sobre a sua localização porque essa decisão será baseada em questões técnicas.-----

Ademar Marques fez referência às obras que estão acontecer nas urgências de Caldas da Rainha, das que estão previstas para Torres Vedras e questionou sobre uma intervenção nas urgências de Peniche que estão em pior estado do que as outras. Tendo em conta a proximidade do mar e dos perigos que daí decorrem e do facto de a população de Peniche aumentar muito no verão, além das obras previstas para a psiquiatria, considera que também as urgências precisam de uma intervenção.-----

A Ministra da Saúde afirmou que “o grande problema das urgências é estarem lá pessoas que não deveriam dirigir-se aquele serviço mas sim aos centros de saúde”. Apelou ao poder local para ajudar na sensibilização da população para esta questão.-----

Filomena Rodrigues questionou sobre o plano de pagamento de dívida do CHO. Perguntou como se compram equipamentos se se canalizarem os 7 milhões € ao pagamento da dívida?-----

Sobre que dinheiro vai concretamente para quê a Ministra e o Secretário de Estado não sabem responder. Quem pode responder a essa questão concreta é o CA do CHO. A Doutora Marta Temido recorda que há 2 meses foram disponibilizados 7 milhões de € e que em termos de orçamento e dotação estão previstos outros 7 milhões €. Há um pedido de mais dinheiro para o CHO mas não tem uma resposta a dar sobre o assunto.-----

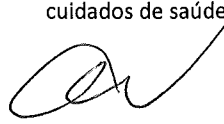
O equipamento para as urgências em Caldas da Rainha está previsto em 400mil€ desde 1 de maio. Sobre a questão do investimento, foi dito que não há nenhum instrumento que financie o investimento próprio dos hospitais.-----

Carlos Bernardes, presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, saudou a conversação suprapartidária com o objetivo comum de identificar e resolver os problemas da saúde no Oeste. Solicitou que o Ministério da Saúde facultasse o cronograma dos investimentos previstos para o CHO. Considerou a UCI como uma prioridade porque a região Oeste não dispõe desse serviço. Voltou a reforçar a disponibilidade e o interesse dos municípios na busca pela solução. Relativamente ao estudo para o novo hospital disse ter conhecimento de que a OesteCIM oficiou a ARSLVT e o CA do CHO para se começarem esse trabalho.-----

Se correr tudo bem e se conseguir incluir a obra no Portugal 2030, haveria uma baliza temporal de extrema importância e acredita que desse modo se conseguiria ter um novo edifício daqui a 7 ou 8 anos. Por esta razão considerou que “é indispensável incluir o novo Hospital do CHO no 2030”.-----

Convidou a Sra. Ministra, o Sr. Secretário de Estado e o diretor da ARSLVT para uma visita às 3 unidades do CHO. Acredita que seria importante conhecer pessoalmente os espaços e os problemas mas também falar com os profissionais passando uma mensagem de ânimo e de que a tutela está a trabalhar numa solução.-----

Em resposta à Ministra sobre a questão dos centros de saúde, disse que os Municípios estão a fazer a sua parte com o objetivo de melhorar os cuidados de saúde primários para “fechar” a rede.-----



José Augusto Carvalho voltou a usar da palavra para partilhar a experiência pessoal de um problema oncológico do passado e que só conseguiu ultrapassar com recurso a particulares. Há muitas pessoas e muitos problemas que não podem esperar mas não têm acesso a seguros e hospitais privados e essas pessoas têm a vida em risco. No seu caso acredita que com os tempos de espera dos hospitais públicos já não estaria cá.----- Também ele reconhece que não se consegue resolver tudo de uma vez mas alerta para o nervosismo crescente na região. "O Oeste está a entender-se e o argumento de que eles não se entendem caiu por terra"- disse.-----

No que diz respeito ao já referido estudo, considera que a OesteCIM deveria ser considerada como um parceiro e não uma entidade que poderá dar meros contributos.-----

Voltou a fazer referência ao facto dos 7 milhões de € que o CHO recebeu como capital social enquanto EPE não ser o que lhe seria devido quando comparado com outros hospitais de dimensão idêntica.-----

A Sra. Ministra interrompeu para sugerir que os membros do grupo ali presente se informassem melhor.-----

O presidente da AM de Torres Vedras fez ainda referência ao Decreto-Lei nº 12/2018 que prevê ser a Ordem dos Médicos a propor a lista dos estabelecimentos para Internato Médico. Adjetivou como compreensível o facto de ser a Ordem a propor os critérios mas incompreensível ser também ela a aplicá-los.-----

Manuel Nunes deu a conhecer à Sra. Ministra o facto da AM de Caldas da Rainha ter elaborado um relatório. Depois de ouvidos vários profissionais do CHO, todos dão conta de que a saúde naquela região não tem melhorado em nada, pelo contrário tem piorado.-----

A Ministra da Saúde disse que teriam de terminar a reunião que já se tinham alongado muito e que não poderia ter dito coisas diferentes das que já tinha dito noutras reuniões sobre o CHO. Admitiu que as informações são repetidas e que se esperavam ouvir da sua boca que a solução chegaria amanhã ela não poderia dizer isso porque estaria a mentir. Considerou ter estado perante uma postura mais construtiva por parte da comissão de utentes com quem reuniu do que nesta audiência.-----

Antes de se despedir dos presentes e agradecer o diálogo, sintetizou o essencial em termos de plano de ação: Investimento por um lado e estudo de uma novo solução por outro.-----

a) 